

ADEQUAÇÕES CURRICULARES NA UEPB/CAMPUS I, MEDIANTE A PANDEMIA CAUSADA PELA DOENÇA COVID-19

CURRICULUM ADJUSTMENTS AT UEPB/CAMPUS I, DURING THE PANDEMIC CAUSED BY THE COVID-19 DISEASE

Francisca Pereira Salvino¹
Matheus Martins Grangeiro²

RESUMO

Este projeto objetiva analisar o processo de adequação curricular na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/campus I) para atendimento às demandas educacionais atípicas, geradas pela pandemia global causada pela doença COVID-19. Essas adequações, dentre elas a adoção do ensino remoto emergencial, têm sido necessárias devido à suspensão das aulas presenciais, em março de 2020, quando teve início sua disseminação no Brasil. Com dados fornecidos pela Pró-Reitora de Planejamento (PROPLAN – Transparência Pública) foram mapeados os quantitativos de professores/as e alunos/as da UEPB, do campus I e do CEDUC, destacando-se o número de matrículas trancadas em 2020, primeiro ano de suspensão das aulas presenciais. Regulamentado pela Resolução UEPB/CONSUNI/0229/2020, o período 2020.1 foi ofertado em três etapas, sendo a primeira de março a julho/2020, para os professores/as capacitados para utilizar Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e que obtivessem 100% de adesão dos/as estudantes; a segunda de agosto a dezembro/2020 para todos/as os/as docentes e discentes; a terceira de março a junho/2021 para os/as estudantes que houvessem sido reprovados/as em 2020.1, cujas reprovações foram automaticamente anuladas. Todos/as os/as participantes avaliaram como satisfatória a atuação da UEPB ao adotar o ensino remoto emergencial e as ações de apoio a professores/as e estudantes, tais como as Jornadas Pedagógicas Docentes; o suporte técnico por meio de diversos setores; o Programa de Auxílio Conectividade, que distribuiu quase 4 milhões a título de bolsas para compra de equipamentos e serviços de internet para os/as estudantes apenas em 2020. Demonstraram apreensão quanto ao retorno às aulas presenciais, considerando risco de infecção própria e ou de alunos/as; uso de TDIC e condições sanitárias dos locais de trabalho. Dentre as adequações incluem-se o convênio firmado entre a UEPB e a Google para utilização da plataforma *GSuite Google for Education*, que implica em suporte gratuito, porém que disponibiliza todos os dados da instituição, dos/as profissionais e dos/as estudantes, o que favorece o avanço do capitalismo de vigilância. Portanto, mesmo com o controle da pandemia e o retorno das atividades presenciais os processos de ensino e aprendizagem não será como antes porque a pandemia acelerou o futuro da educação e de outros setores da sociedade.

Palavras-chave: Ensino Superior; Currículo; Ensino remoto emergencial.

ABSTRAT

This project aims to analyze the process of curriculum adaptation at the Paraíba State University (UEPB/campus I) to meet the atypical educational demands generated by the global pandemic caused by the COVID-19 disease. These adjustments, including the adoption of emergency remote teaching, have been necessary due to the suspension of in-person classes in March 2020, when its dissemination in Brazil began. With data provided by the Dean of Planning (PROPLAN – Public

¹ Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2012). Atualmente é professora doutora da Universidade Estadual da Paraíba.

² Graduando do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/Campus I - Campina Grande).

Recebido em: 16 de novembro de 2021

Aceito em: 05 de dezembro de 2021



Transparency), the numbers of professors and students from UEPB, campus I and CEDUC were mapped, highlighting the number of enrollments locked in 2020, first year suspension of in-person classes. Regulated by Resolution UEPB/CONSUNI/0229/2020, the period 2020.1 was offered in three stages, the first being from March to July/2020, for teachers trained to use Digital Technologies of Information and Communication (TDIC) and who obtained 100% adhesion of students; the second from August to December/2020 for all teachers and students; the third from March to June/2021 for students who had failed in 2020.1, whose failures were automatically cancelled. All participants evaluated as satisfactory the performance of UEPB in adopting emergency remote teaching and actions to support teachers and students, such as the Teachers' Pedagogical Conference; technical support across multiple sectors; the Connectivity Assistance Program, which distributed almost 4 million in grants to purchase internet equipment and services to students in 2020 alone. /at; use of TDIC and sanitary conditions in the workplace. Among the adjustments are included the agreement signed between UEPB and Google to use the GSuite Google for Education platform, which implies free support, but which makes available all the data of the institution, professionals and students, the which favors the advance of surveillance capitalism. Therefore, even with the control of the pandemic and the return of face-to-face activities, the teaching and learning processes will not be as before because the pandemic accelerated the future of education and other sectors of society.

Keywords: Higher Education; Resume; Emergency remote learning.

INTRODUÇÃO

Este relatório tem como objetivo analisar o processo de adequação curricular para atendimento às demandas educacionais atípicas geradas pela pandemia global causada pela doença COVID-19, que tem afetado drasticamente também o Brasil e a Paraíba. Toma como referência empírica o Centro de Educação da Universidade Estadual da Paraíba (CEDUC/UEPB/*campus I*) onde as aulas presenciais foram substituídas pelo “ensino remoto emergencial, uma vez que a doença é altamente infectocontagiosa, exigindo distanciamento social e suspensão de atividades aglomerativas de pessoas, principais vetores de transmissão do vírus SARS-COV-2, causador da doença, que já vitimou mais de 575 mil pessoas apenas no Brasil.

Atendendo a recomendações e protocolos de instituições e autoridades da área de saúde internacionais, nacionais e estaduais as aulas e outras atividades presenciais da UEPB foram suspensas em 17/03/2020, inicialmente com data prevista para retorno em 14/05/2020, o que ainda não foi possível em virtude da trágica dimensão que a doença alcançou e da desastrosa política de enfrentamento adotada pelo Governo de Jair Bolsonaro que pautou-se em informações não científicas, retardando a compra de equipamentos e vacinas; disseminou informações falsas; promoveu aglomerações e compra de medicamentos sem eficácia comprovada para a doença; orquestrou brigas ideológico-partidárias em proveito próprio, principalmente com governadores, que se opuseram às suas medidas, dentre outras irresponsabilidade.

METODOLOGIA



O artigo resulta de uma pesquisa qualitativa nos moldes da observação participantes, uma vez que a autora é professora e o coautor é aluno do curso de Licenciatura em Pedagogia da referida instituição e participaram ativamente desse processo de adequação. Foram adotadas quatro técnicas de coleta de dados: 1) envio de memorando às Pró-Reitorias de Graduação (PROGRAD) e de Planejamento (PROPLAN) e à Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) solicitando dados, objetivando mapear os quantitativos de docentes e discentes vinculados/as à instituição em 2021; as ofertas e conclusão de componentes curriculares nas Etapas 1 (março a julho/2020) e Etapa 2 (agosto a dezembro/2020); 2) envio de questionário *online* a docentes CEDUC/UEPB/campus I; 3) envio de questionário à PROGRAD e à Associação de Docentes da Universidade Estadual da Paraíba (ADUEPB), destinado a gestores/as destes órgãos.

Capitalismo de vigilância e educação no século XXI

Para autores como Zuboff (2016), em seu artigo *The Big Other: Surveillance Capitalism and the Prospects of an Information Civilization*, estamos submetidos a uma nova fase do capitalismo, na qual os lucros derivam da venda de serviços (educação, entretenimento, tutoriais, ilusões, ideias, autoajuda e outros), que exigem uma vigilância permanente de usuários/as, objetivando mundificar-lhes o comportamento humano através da possibilidade de análise e prospecção, daquilo que se convencionou chamar de *Big Data*. O capitalismo de vigilância pode ser entendido como um viés que surge do capitalismo de informação ou sociedade de informação e pode ser comparado ao *behaviorismo* presente nos estudos da Psicologia comportamental, visto a sua capacidade de prever e condicionar/induzir pensamentos e comportamentos humanos para determinadas formas de ação-reação, principalmente voltadas ao consumo.

A estratégia econômica do *Google* é coletar dados sobre os usuários que utilizam diferentes aplicativos do *Google* em diferentes situações cotidianas. Quanto mais situações comuns forem suportadas por aplicativos do *Google*, mais tempo os usuários vão gastar *online* com o *Google*, e mais dados do usuário estarão disponíveis, o que permite à empresa analisar melhor o uso e comportamentos do consumidor. Como resultado, dados cada vez mais precisos sobre os usuários e dados agregados podem ser vendidos para clientes publicitários que, armados com as informações sobre escolhas de consumo em potencial, fornecem aos usuários publicidade personalizada que os atinge em todas essas situações cotidianas (Fuchs, 2011, p. 291).

Essa vigilância e controle são exercidos, graças ao avanço das tecnologias digitais e das redes sociais que, em sua grande maioria, possuem como dono um único empresário: Marck Zuckerberg.



Segundo Ball (2014), no âmbito da economia e da política, esse movimento coincide com uma fase do neoliberalismo denominada de *Roll-out*, na qual têm sido desenvolvidas novas formas de governança e redes de políticas, que se estabelecem com conexão em escalas regionais, nacionais e ou internacionais, ou seja, que se laçam para fora do Estado-nação e da sua capacidade de decisão, coordenação e implementação das políticas em âmbito geral, dentre elas as educacionais.

Nesse cenário de transição, o serviço educacional da *Google* foi lançado em 2007 e atualmente conta com mais de 50 milhões de usuários, entre alunos/as, professores/as e funcionários/as de instituições de ensino em cerca de 190 países. Essa forma de comercialização não é recente, encontra-se em circulação desde a década de 1970. Para termos a dimensão desse movimento, apenas nos Estados Unidos (EUA), 70 das 100 melhores universidades, incluindo sete das oito instituições da *Ivy League* aderiram ao *Google Apps for Education* (GAFE-9), um modelo parecido com o *GSuite for Education* adotado vastamente no Brasil.

Em se tratando das estratégias desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) para manutenção das atividades acadêmicas de forma remota e emergencial devemos enfatizar a mais importante e ao mesmo tempo mais reflexiva: a utilização de plataformas do *Google*, como por exemplo, *Google Meet*, *Google Classroom*, *Google Drive* e *Gmail*. Essas plataformas têm sido disponibilizadas “gratuitamente”, desde que sejam criadas com endereço de e-mail com o “@” (arroba). Porém, existe limite de utilidade, tais como limitar uma reunião no *Google Meet*, no máximo, há 45 minutos e cem usuários; o *Google Drive* fornecer uma quantidade máxima de armazenamento permitido e outros. Com o objetivo de alterar esses limites, a maioria das instituições de educação básica e superior decidiram entrar em um acordo com a empresa *Google*, de maneira que ambos os lados obtivessem lucros. Na maioria das vezes, essas “trocas” são imperceptíveis às pessoas usuárias dessas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC).

Nesse esquema, o *Google* cria e fornece endereços de e-mail, denominados institucionais e, de determinada forma, obriga os seus usuários (servidores/as técnico-administrativos, professores/as e estudantes) a utilizarem tal endereço para ter acesso ilimitado às suas plataformas que estão dentro de um pacote denominado de *GSuite* (*Google Suite For Education*).

O *Google Suite for Education* é um conjunto de serviços ofertados pela empresa *Google* para gerenciar conteúdos educacionais em instituições de ensino. Ele oferece uma ferramenta para postagem de conteúdo de aulas, atividades e materiais didáticos (*Google Classroom*), além de incorporar serviços já existentes, como o *Gmail*, *Google Agenda*,



Google Contatos, *Google* Documentos, Formulários, Planilhas, Apresentações, Grupos do *Google*, *Google Sites*, *Google Talk/Hangouts*, etc. (Cruz, 2017, p. 395).

Essa oferta “gratuita” gera lucros, uma vez que o modelo de negócio do *Google* é pautado na exploração do *marketing* comportamental, por meio de comercialização de dados de navegação de usuários/as. Segundo Harasim (2015),

Educação *online* é, hoje, um grande campo de investimento e de rápido crescimento para a educação pós-ensino médio, bem como treinamento profissional e em serviço. Entretanto, a definição de educação *online* está longe de ser algo claro e não representa per se uma pedagogia ou modelo específico, mas inclui termos antitéticos e diversos tais como educação a distância, aprendizagem colaborativa *online*, aprendizagem colaborativa com suporte computacional, *e-learning*, curso didatizado e sua variante, o MOOC – curso massivo, aberto e *online* (*massive open course*)” (Harasim, 2015, p. 180).

O termo *online* é o único denominador em comum a todos os termos antitéticos citados no parágrafo anterior e que se refere a transmissões via redes de computadores. Existem dois vieses de investimento em se tratando de educação *online*. O primeiro é favorável a uma pedagogia de educação *online* e tecnologias que promovem e aumentam a atuação humana, já o segundo se refere a uma pedagogia de educação *online* e tecnologias que automatizam e reduzem a atuação humana. Um exemplo da utilização da segunda variação de educação está no uso intenso pelos EUA em suas instituições escolares do MOOC com fins lucrativos. Os MOOC dependem da Inteligência Artificial (IA) para transmitir conteúdos de cursos a dezenas ou centenas de milhares de estudantes por meio de uma transmissão comandada completamente por esse tipo de inteligência.

Esse processo, pode gerar consequências negativas às instituições de ensino, especialmente públicas, tais como: 1) redução de controle e segurança dos dados das instituições; 2) ao oferecer um serviço público, as instituições inserem compulsoriamente os cidadãos a participarem de um mercado privado, cujo papel desempenhado é desconhecido e muito pouco transparente; 3) privatiza parte de suas atividades de gestão de TDIC, deixando de investir na criação de modelos alternativos ao capitalismo de vigilância; 4) essa terceirização, ao ceder parte do trabalho de gestão em TDIC deixam de oferecer vagas de emprego aos próprios estudantes das áreas de tecnologia das universidades; 5) a privatização dos dados e metadados acaba por ceder dados valiosos sobre a educação pública, essenciais para a construção de políticas públicas eficientes; 6) a adoção cada vez mais ampla de tecnologias voltadas à captura de dados acaba por inserir o vigilantismo nos processos pedagógicos, em que o desempenho dos atores envolvidos, é avaliado através da análise de desempenho baseado nos dados capturados por algoritmos (Cruz & Venturini, 2020, p. 23).

Um grande problema enfrentado pelo campo da educação *online* é a percepção dela como associada única e exclusivamente à tecnologia para transmissão de conteúdo, sustentada pela automação do conhecimento e robotização dos/as estudantes. A ênfase nas tecnologias sem considerar os processos de aprendizagem e as especificidades humanas, somente facilitam a entrada definitiva da Inteligência Artificial (IA), numa perspectiva bastante maléfica, uma vez que uma Sociedade do Conhecimento e uma economia baseada na inovação dependem dos seres humanos como criadores, planejadores, coordenadores e controladores dessas inovações. Este tem sido um dos maiores desafios para educadores/as, estudantes e sistemas de educação. Para Bates (2015) e Harasim (2012) defendem que é possível se desvencilhar de uma possível IA robotizante com a Inteligência Humana Aumentada (IHA), visto que há centenas de anos a aprendizagem baseada na colaboração entre seres humanas mostrou sua efetividade. A pedagogia precisa controlar a tecnologia e não o inverso, a fim de educar seres humanas para pensar e não para repetir respostas “corretas”.

De acordo com Machado, Soso e Kampff (2020), nos cenários atuais, existem três eixos principais para conduzir as ações em vários setores da sociedade, a exemplo da economia e da educação, que são: “continuar, reabrir e reestruturar”, sempre refletindo sobre as ações possíveis antes, durante e pós-pandemia. Nesse sentido, “torna-se fundamental que todas as partes interessadas (gestores, professores, técnicos e estudantes) trabalhem conjuntamente para possibilitar que os diferentes níveis educacionais continuem propiciando a construção do conhecimento de maneira efetiva em um tempo marcado pela pandemia da COVID-19” (Machado, Soso & Kampff, 2020, pp. 653-654).

O campo da educação online surgiu entre o começo e meados dos anos 1980, com a adoção na educação de redes de computadores. Redes de computadores foram criadas inicialmente em 1969 e tecnologias de comunicação computacional tais como e-mail e seus equivalentes para grupos, os fóruns de conferência por computador, foram inventados respectivamente em 1971 e 1972 (Harasim, 2012, p. 38).

A partir de 1986, cresceram rapidamente os cursos pós-secundários *online*. Segundo essa pesquisa sobre Aprendizagem *Online*, conduzida pelo *Babson Survey Research Group* e copatrocinada pelo *Online Learning Consortium* (OLC), a educação nessa modalidade cresceu de um âmbito não essencial para o indispensável. Na visão dos líderes acadêmicos a perspectiva indispensável da educação *online* cresceu de 48,8% em 2002 para 70,8% em 2014 (ALLEN e SEAMAN, 2014). Esta mesma pesquisa aponta que mais de 37% dos/as estudantes americanos/as e universitários/as (o equivalente a oito milhões) fizeram, ao

menos, um curso *online* de formação inicial e ou continuada, fazendo essa taxa crescer mais do que a própria educação presencial e superior.

Até 1989 os/as educadores/as usavam a rede de computadores das universidades, pois foi somente na década de 1990 que surgiu a internet em larga escala, que favoreceu o público com uma comunicação *online* de suas próprias residências. Os materiais já podiam ser repassados por e-mail e a comunicação entre alunos/as, tutores/as e seus pares foi aumentada. Até a década de 1980 a educação a distância se resumia no modelo por correspondência, Redes Postais, na medida em que os/as tutores/as enviavam materiais aos discentes e recebiam estes e outros materiais pelo sistema postal. Contudo, em 1989, a *Open University do Reino Unido*, uma instituição de educação a distância planejou e executou o primeiro curso *online* em massa, mudando a pedagogia da educação a distância em massa para uma pedagogia da educação a distância *online* em massa. Esse curso era oferecido parcialmente *online*, realizado por meio de fóruns de discussão por computadores para incentivar atividades colaborativas entre os/as alunos, docentes e seus pares (Harasim, 2012). Segundo Harasim (2012) campo da educação *online* pode ser resumido em três abordagens e modelos pedagógicos distintos, cada um com diferentes teorias da aprendizagem, epistemologias e resultados. São os seguintes: 1) Aprendizagem colaborativa *online* (ACO), nascida na década de 1980, afirmando-se como uma nova teoria e uma prática que se constrói do âmbito comunicacional e computacional em rede do final do século XX e dos conceitos socioconstrutivistas, colaborativos e construtivos do conhecimento; 2) Educação a Distância *online* (EADO), nascida na década de 1990, que reflete o modelo de EAD, correspondência + tutoria, e deriva do desenho instrucional do século XX e dos limites das tecnologias do sistema postal, efetivando uma luta para incorporar a aprendizagem colaborativa; 3) Aparato Didático *Online* (ADO/MOOC), nascida nos anos 2000, que deriva das teorias *behavioristas* e *cognitivistas* e suas tentativas de substituir o cérebro humano pelo computador.

Ensino Remoto Emergencial na UEPB/campus I: mapeando ações e recursos

Nos oito *campi* da UEPB, em março de 2020, o Prof. Dr. Antonio Rangel Júnior, então reitor da instituição, fundamentando-se no Regimento das Graduações (UEPB, 2015), na Portaria nº 343, de 17/03/2020³ do Ministério da Educação (MEC) e em outros dispositivos legais, publicou a Instrução

³ Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, do Ministério da Educação, dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19.



Normativa nº 01, de 17/03/2020, resolvendo “tornar facultativa a ministração de atividades pedagógicas a distância, para fins de composição da carga horária e integralização de componentes curriculares de natureza teórica” (UEPB, 2020b). Assim, os/as docentes capacitados/as a utilizarem pedagogicamente as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e obtivessem 100% de adesão dos/as discentes poderiam retomar as atividades em 30/03/2020. A partir de então, a UEPB adotou medidas para garantir o acesso *online* a todos os serviços administrativos; para formação e qualificação dos/as profissionais e para assistência técnica, financeira e emocional a estudantes e professores/as.

A medida motivou questionamentos e discursos a favor e contra, destacando-se os seguintes: 1) a medida agravava as desigualdades e as formas de exclusão, uma vez que uma parcela de docentes e discentes não dispunha de condições emocionais, familiares e ou tecnológicas (formação, equipamentos, internet e outros) para tais atividades; 2) mediante a gravidade e o prolongamento temporal da pandemia, o ensino remoto, tornaram-se a única alternativa para continuidade e ou retomada das aulas, evitando-se um maior atraso nos estudos; 4) impossibilidade de garantia de isonomia e igualdade de condições e oportunidades durante a pandemia, na educação brasileira onde isto nunca foi realidade; 5) Necessidade de priorizar o atendimento ao maior número possível de estudantes.

Nesse contexto, a Associação de Docentes da Universidade Estadual da Paraíba (ADUEPB) por meio da sua presidente, Mauriene Silva de Freitas, dentre outros/as docentes, posicionaram-se contrárias ao ensino remoto, seguindo orientações de instituições como Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) e outros.

Na UEPB, foram vários os estudos e debates até ser aprovada a Resolução UEPB/CONSEPE/0229, em 26/06/2021 (UEPB, 2020c), estabelecendo diretrizes para o “ensino remoto emergencial” em todos os cursos e por todos/as profissionais. Para dar suporte a este ensino implementou a plataforma *Google Suite Education* iniciada em fevereiro de 2020, a exemplo de várias outras instituições educativas, demonstrando desinvestimento e falta de infraestrutura das instituições educativas para uso e produção de TDIC.

Segundo a Resolução nº 229/2020, as aulas do período 2020.1 poderiam ser ministradas em três etapas: Etapa 1, facultativa aos professores/as aptos à atualização de TDIC e com 100% de adesão dos/as estudantes, de março a julho de 2020; Etapa 2, para todos/as os/as docentes e discentes, exceto os/as que apresentassem justificativas legais, de agosto a dezembro de 2020; Etapa 3, discentes que trancaram



matrícula e ou tivessem sido reprovados nas etapas anteriores, fevereiro a junho de 2021. No período 2020.1 as reprovações foram automaticamente anuladas.

Em *lives* semanais⁴ o Reitor, acompanhado de pró-reitores, explicava a situação; esclarecia dúvidas e incentivava o retorno às atividades, destacando “experiências exitosas” que já vinham sendo desenvolvidas na UEPB, mesmo antes da pandemia, uma vez que o Regimento das Graduações (UEPB, 2015) regulamenta que até 20% do total da carga horária dos cursos, podem ser ofertadas a título de “Atividades orientadas a distância”.

Foi criado um canal na Rede UEPB no *Youtube* (UEPB, 2020e) para divulgação das “experiências exitosas”⁵, no qual encontram-se vídeos com relatos de sobre aulas remotas ministradas na Etapa 1 por docentes e disciplinas do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), a saber: Luciano Nascimento (Linguagem e argumentação jurídica, Teoria do processo penal e Criminologia); Lucira Freira (Teoria do Estado) e Mônica Cavalcanti (Direito). Encontram-se também vídeos de quatro estudantes: Caio (Direito), afirma que estava cursando sete das dez disciplinas do período; Jéssica Renaly (Enfermagem) cursando Parasitologia Básica; Renaly Andrade (Direito); Magnólia Suellen (História), cursando História da Paraíba I, com a Profa^a Luíra Freire.

Objetivando um mapeamento das disciplinas ofertadas e concluídas na Etapa 1, foram enviados memorandos à PROGRAD (23/03/21), a PROPLAN (19/04/21) e a CTIC (19/04/21 e 24/05/21) solicitando informações, dentre outros. Das respostas, destacamos o seguinte:

Quanto ao processo encaminhado, foi obtida resposta por meio de despacho exarado em 04/05/2021 pela Coordenação de Ensino Superior da PROGRAD, informando a impossibilidade do referido setor reunir tais informações, em virtude de: I) não ter sido realizado, em tempo hábil, o levantamento de quantos e quais componentes curriculares foram concluídos de março a agosto de 2020; II) os quantitativos de docentes efetivos e substitutos, bem como de alunos matriculados no ano de 2020 já ser fornecido pelo Portal da Transparência desta instituição, mas não de forma fragmentada por curso; III) o controle de discentes aprovados nas etapas I e II não ter sido levantado junto aos cursos de graduação; e IV) os componentes curriculares concluídos na etapa I também não foram alvo de investigação, devido ao prolongamento do período 2020.1, que acarretou na não finalização de muitos componentes, de modo a não prejudicar aqueles discentes que optaram não realizá-los naquele momento. No entanto, é levantada a possibilidade de disponibilização de dados, via *Google Drive*, referentes aos componentes curriculares ofertados totalmente, parcialmente ou não ofertados, mas sem recortes de etapas ou de matrículas por parte dos discentes. Para tanto, solicita-se que encaminhe e-mail para

⁴ Disponíveis em: https://www.youtube.com/results?search_query=reitor+da+uepb. Acesso em 21 maio 2021.

⁵ Disponíveis em: https://www.youtube.com/watch?v=O4xtKH4SAoM&list=PLjvanEHZti2Bl_yzDgiqtjh3_yzYUJRg3&index=4. Acesso em: 07 jun 2021.



ces.prograd@setor.uepb.edu.br. Ademais, recomenda-se tentar obter informações complementares junto à Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação – CTIC e às coordenações de curso (UEPB, 2021).

As informações foram solicitadas à CTIC, que respondeu não dispor destas. Como o *campus I* possui cinco centros acadêmicos e 27 cursos não foi possível fazer o mapeamento proposto. De acordo com outros dados disponibilizados em resposta aos memorandos (UEPB, 2021), em 2020.2, iniciado em 03/03/2021 a UEPB contabilizava 18.772 matrículas (16.286 de graduação; 1.624 de pós-graduação; 400 de Ensino Técnico e 462 de Educação a Distância-EaD). No início do período 2020.1 (03/03 a 15/07), tínhamos o seguinte quadro docente no *campus I* (Campina Grande/PB):

Quadro 1

Docentes do *campus I* da UEPB – 2020.1

CENTROS	DOCENTES		
	Efetivos	Substitutos	Total
CCBS	191	49 (20,4%)	240
CEDUC	133	63 (32%)	196
CCT	120	31 (20,5%)	151
CCSA	64	19 (23,9%)	83
CCJ	39	8 (20,5%)	47
TOTAL	547	170	717

Fonte: Os autores

Observa-se que o CEDUC contabilizava o segundo maior número de docentes e o primeiro em números de professores/as substitutos/as, que trabalhavam em regime temporário, portanto, em condições mais precárias do que os/as efetivos/as. O quadro de docentes foi o seguinte:

Quadro 2

Discentes do *campus I* da UEPB – 2020.1

CENTROS	DISCENTES		
	MI ⁶	TM ⁷	MF ⁸
CCBS	2.544	81 (3,2%)	2.463

⁶ MI – Matrícula Inicial.

⁷ TM – Trancou Matrícula.

⁸ MF – Matrícula Final.

CEDUC	2.881	188 (6,5%)	2.693
CCT	2.066	156 (5,8%)	1.910
CCSA	1.701	89 (5%)	1.612
CCJ	689	12 (1,7)	677
TOTAL	9.881	526 (5,3%)	9.355

Fonte: Os autores

Percebe-se que o CEDUC contava com o primeiro maior número de estudantes, o que implica em maior número de estudantes por sala de aula e o maior número de estudantes que trancou matrícula, sendo 101 do diurno e 87 do noturno, todavia como Sociologia ofertou vagas apenas no diurno e contabilizou 20 trancamentos, percentualmente o maior número foi no noturno.

Para ampliar o acesso ao ensino remoto, a UEPB adotou o Programa de Auxílio Conectividade através da Pró-Reitoria Estudantil (PROEST), fornecendo 2.664 bolsas aos estudantes no valor de R\$ 1.000,00 para aquisição de equipamentos e 10.635 bolsas de R\$ 100,00 mensais para aquisição de serviços de internet enquanto durar a pandemia, apenas em 2020⁹. Um investimento no valor de R\$ 2.664.000,00 e R\$ 1.063.500,00, respectivamente (UEPB, 2020).

O ensino remoto emergencial sob a ótica do CEDUC

Em 2020, o *campus* I contava com 717 professores/as e alunos/as, sendo 196 e 2.881 no CEDUC, respectivamente, distribuídos em seis cursos de licenciatura, conforme o Quadro 3 a seguir.

Quadro 3

Docentes e discentes do CEDUC-2020.1

CURSOS	DOCENTES		DISCENTES	
	T ¹⁰	S	MI	TM
Pedagogia	39	10 (25,6%)	461	20 (4,3%)
Filosofia	21	5 (23,8%)	212	18 (8,5%)
Geografia	22	5 (22,7%)	452	30 (6,6%)
História	21	8 (38%)	449	28 (6,2%)
Letras ¹¹	64	26 (40,6%)	1.142	72 (7,1%)
Sociologia ¹²	29	9 (31%)	165	20 (12%)
TOTAL	196	63 (32%)	2.881	188 (6,5%)

⁹ Como o relatório de atividades (fonte dos dados) é anual, não contabilizamos as bolsas fornecidas em 2021.

¹⁰ T - Total; S – Substitutos.

¹¹ O curso de Letras é dividido em três categorias: Português, Inglês e Espanhol.

¹² Oferta vagas apenas no diurno.

Os cursos de licenciaturas são ofertados nos turnos da manhã e da noite, com exceção de Sociologia que é apenas no diurno. Observa-se que o curso de Pedagogia contava com 39 professores/as e 461 alunos/as, sendo o terceiro em número de estudantes e apresentou o menor percentual de trancamento de matrícula em 2020.1. As licenciaturas retêm os/as alunos/as cujas rendas familiares são as menores dentre os cursos, o que é um fator relevante para se pensar as condições de acesso, permanência e qualidade do ensino nesse período porque está associado ao acesso a equipamentos (*smartphones, notebooks, tablets*) e a serviços de internet. Não foi possível contabilizar quantos/as foram reprovados/as.

Para uma melhor compreensão desse processo foram enviados questionários (*Google Forms*) aos professores/as do CEDUC através da secretaria do Centro, que ficou aberto a respostas de 26/07 a 12/08/2021. Dos 196 docentes do CEDUC apenas 11 o responderam, sendo sete do Curso de Pedagogia. Os/as participantes apresentaram o seguinte perfil:

Quadro 4

Perfil dos/as participantes

CURSOS	GÊNERO		VÍNCULO		ETAPA 1
	F	M	E	S	
					-
Pedagogia	5	1	4	2	-
Letras	2	1	2	1	1
Geografia	1	-	1	-	1
Sociologia	1	-	1	-	-
TOTAL	9	2	8	3	2

Fonte: Os autores

Constata-se que dos 11 respondentes, nove têm vínculo empregatício efetivo e dez se declaram do gênero feminino. Nenhum profissional dos cursos de História e Filosofia respondeu.

Dois participantes afirmaram ter ofertado disciplinas na Etapa 1 do ensino remoto, sendo um de Letras com a disciplina Estágio Supervisionado I e um de Geografia com Biogeografia e Geografia Física do Brasil. Quando questionados sobre a formação que antecedeu o ensino remoto, voltada ao uso de TDIC e sobre quais atividades têm desenvolvido, os/as docentes apresentaram as seguintes respostas:



Quadro 5

Formação e atividades desenvolvidas

PROFESSOR/ CURSO	FORMAÇÃO PARA ENSINO REMOTO	ATIVIDADES QUE DESENVOLVEM
Profa/Ped 1	PROGRAD	Aula, TCC, Est. obrigatório e gestão
Profa/Ped 2	Departamento e PROGRAD	Aula, Est. obrigatório
Profa/Ped 3	PROGRAD, outras instituições e pessoas	Aula, TCC, Extensão e Est. obrigatório
Profa/Ped 4	PROGRAD, outras instituições e pessoas.	Aula, TCC, Pesquisa, Extensão e gestão
Profa/Ped 5	Departamento, PROGRAD, outras instituições e pessoas.	Aula, TCC
Prof/Ped 1	Departamento	Aula, TCC e gestão
Profa/Let 1	Orientação de outras pessoas.	Aula, TCC
Profa/Let 2	Departamento e PROGRAD e outras pessoas.	Aula, extensão, est. obrigatório e gestão
Prof/Let 1	PROGRAD, outras instituições e o pessoas.	Aula, TCC
Profa/Geo	PROGRAD e outras pessoas.	Aula, TCC, pesquisa e gestão
Profa/Soc	Departamento, PROGRAD e outras pessoas.	Aula, TCC, pesquisa, extensão e gestão

Fonte: Os autores

Dos/as 11 participantes, dez afirmam terem participado de formação oferecida pela PROGRAD, apenas cinco afirmam ter participado de formação ofertada pelos departamentos e oito contaram com ajuda de outras pessoas, tais como alunos/as, parentes e amigos/as. Oito desenvolveram duas ou mais atividades além das aulas; cinco desenvolveram três e um desenvolveu quatro.

Ressaltamos que o questionário enviado à ADUEPB por e-mail e por *whatsApp* não foi respondido. A representante da PROGRAD que participou foi a Profa^a Dra^a Vagda Rocha, à época coordenadora de ensino superior, atualmente pró-reitora adjunta do referido órgão e será identificada como “Coord/prograd”. A Professora coordenou as Jornadas Pedagógicas Docente *online*, incluindo-se a que foi realizada em julho de 2020, antes da retomada obrigatória das aulas em 03/08/21 e atua como docente no curso de Pedagogia, tendo ministrado a disciplina Planejamento e Avaliação Educacional na Etapa 1 do ensino remoto. As jornadas ofereceram palestras e oficinas ministradas por docentes de diferentes *campus* da UEPB, sobre metodologias ativas; ferramentas digitais diversas; avaliação; equilíbrio emocional e outros temas. Como asseveram Camargo e Daros (2021), a concepção de sala de aula digital

não se restringe ao aparelhamento tecnológico, depende de como os/as profissionais da educação são capazes de introjetar esse modelo. Em síntese, refere-se ao desenvolvimento do conjunto de atividades previstas por meio do suporte tecnológico, que se integram e interconectam, de modo a otimizar os processos, favorecer e intensificar a aprendizagem dos estudantes.

Portanto, faz-se necessário à UEPB e aos seus profissionais o investimento no aparelhamento tecnológico e também na assimilação de novos modos de pensar e de vida coletiva marcada pela expansão da rede de computadores, das plataformas digitais, das novas formas de relações interpessoais, de trabalho, de lazer e outras, ou seja, pela assimilação da cultura digital.

Avaliação do processo

A avaliação nas suas diferentes possibilidades e instrumentos é fundamental para levantamento de dados e conhecimentos acerca do desempenho dos sujeitos, das condições, avanços, limites e possibilidades dos processos de ensino e aprendizagem e redefinição das ações/políticas. Com afirma Hoffman (2014, p. 33), “o registro é sobretudo a imagem de um trabalho. Ao relatarmos um processo efetivamente vivido, naturalmente encontraremos as representações que lhe deem verdadeiro sentido”. Nessa perspectiva, indagou-se aos participantes sobre suas avaliações quanto a atuação da UEPB no processo de ensino remoto emergencial, obtendo-se as respostas do Quadro 6 a seguir.

Quadro 6

Avaliação da UEPB pelos participantes

PROFESSOR/ CURSO	AVALIAÇÃO DA UEPB
Profa/Ped 1	Ótima, pois conseguimos avançar o semestre (2020.1).
Profa/Ped 2	Excelente, a Instituição está de parabéns no atendimento aos alunos e aos professores.
Profa/Ped 3	Fazendo um parâmetro com outras IES da PB e de Alagoas, a UEPB saiu a frente, criando condições para a implementação do ensino remoto. Além do auxílio conectividade e do acesso ao GSuite, tivemos formação e assistência técnica para operação das ferramentas digitais.
Profa/Ped 4	Razoável
Profa/Ped 5	Positiva
Prof/Ped 1	Não respondeu.
Profa/Let 1	Considero satisfatória
Profa/Let 2	Pela necessidade de uma solução para o ensino, a partir das experiências do distanciamento, acredito que a adoção do ensino remoto foi uma decisão acertada, visto que a instituição deu suporte aos docentes, discentes e demais funcionários.

Prof/Let 1	Boa. Permanece a necessidade de investir tempo e recursos na formação docente para uso das TICs e sua integração pedagógica.
Profa/Geo	No início da pandemia foi omissa com relação às orientações e indicação das plataformas usadas para o ensino remoto, mas posteriormente melhorou consideravelmente com a criação da nova resolução, dos e-mails institucionais e a indicação das ferramentas google sala de aula e Meet.
Profa/Soc	Satisfatória no que se trata ao acesso e à internet para os alunos.
Coord/ prograd	Bastante positivo, visto que era a alternativa que se apresentava viável para aquele momento. Estávamos e estamos ainda vivendo um momento de pandemia que exige distanciamento social. As aulas presenciais foram suspensas por legislação federal, estadual e, posteriormente, também institucional.

Fonte: Os autores

Constata-se que a avaliação com relação à atuação da UEPB foi bastante positiva, sem registro de problemas ou falhas graves, considerando-se que a mudança ocorreu em um contexto de crise sanitária, política, econômica, socioemocional. Os/as participantes elencaram pontos positivos associados ao ensino remoto, tais como: uso de novas tecnologias; acesso fácil a recursos audiovisuais; poder lecionar, independentemente dos espaços; maior número de participantes, inclusive de outras instituições e lugares; mais dinamismo; continuidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão; capacidade de adaptação à novas situações; trabalhar no conforto de casa. Elencaram também pontos negativos: falta de interação presencial; câmeras e áudios desligados pela maioria; tempo mais reduzido das aulas; problemas frequentes com conexão, equipamentos e ambiente para as aulas e os estudos, associados à desigualdade econômica; sensação de estar sozinho; dificuldade para adaptação de uma parcela de docentes e discentes; cansaço para estudar; excesso de trabalho, principalmente para mulheres.

Ao serem questionados/as se sentiam-se preparados/as para o retorno às atividades presenciais e ou híbridas, seis responderam que sim, uma vez que tinham experiência com o presencial e adquiriram experiência com o ensino remoto; quatro responderam que não e um/a que se sente preparado em parte. Apontaram as justificativas a seguir:

Quadro 7

Percepção de docentes acerca do retorno às aulas presenciais

PROFESSOR/ CURSO	JUSTIFICATIVAS
Profa/Ped 1	Sim, uma vez que a experiência com o ensino remoto me trouxe mais conhecimentos em relação ao uso das tecnologias.
Profa/Ped 2	Agora me sinto.

Profa/Ped 3	Sim, com a prática das aulas remotas, consegui ter um domínio satisfatório.
Profa/Ped 4	Não. A inexistência de estrutura tecnológica para a realização das atividades e o meu desempenho, no que tange a utilização das tecnologias, que ainda deixa a desejar.
Profa/Ped 5	Em parte.
Prof/Ped 1	Sinto-me preparado. Com a prática das aulas remotas, consegui ter um domínio satisfatório.
Profa/Let 1	Não propriamente preparada, porém farei esforços no sentido de me adaptar à "nova" realidade.
Profa/Let 2	Sim, uma vez que já conhecendo o ensino presencial e o ensino remoto, e percebendo que, por uma questão de segurança de saúde pública o ensino híbrido é uma possibilidade real. Acredito que não terei problemas em me adequar a essa nova modalidade de ensino.
Prof/Let 1	Não completamente. Precisaria dominar ainda mais os aplicativos e as tecnologias e integrá-los de modo mais eficaz à prática docente
Profa/Geo	Por ter experiência nas duas formas de ensino.
Profa/Soc	Não sou favorável ao modelo híbrido.

Fonte: Os autores

As respostas revelam um determinado nível de apreensão com as próximas etapas, embora considerem que houve avanços com relação ao uso de TDIC. A apreensão é pertinente, uma vez que, além das graves consequências da pandemia, a sociedade brasileira enfrenta problemas tais como as abordadas por Salvino (2020): 1) avanços e incertezas do mundo virtual; 2) a desigualdade sem controle e a violência do não acesso a bens materiais e simbólicos; 3) o crescimento do terceiro setor e a oferta de educação integral; 4) o recrudescimento do autoritarismo e da violência do não respeito às diferenças e aos direitos humanos. Não se trata apenas do uso de TDIC, mas de um contexto amplo, complexo e extremamente preocupante, que tensionava as relações e que se aprofunda com a pandemia.

O retorno às aulas presenciais, têm sido vislumbrados com muitas incertezas e inseguranças. Perguntamos à Coord/prograd se haveria ainda em 2021 possibilidade de retorno às aulas presenciais. A Coordenadora respondeu:

Certamente que não, no caso de aulas teóricas, haja vista que o semestre 2021.2 tem início em 16/11/2021, final do ano e seria contraproducente o deslocamento de estudantes de outros estados e municípios por um período breve de tempo e, após, termos período de férias para retorno apenas em fevereiro. No caso de aulas práticas, estas já estão acontecendo para aqueles cursos que apresentaram planejamento seguindo o protocolo exarado na Resolução 007/ 2021 (Consepe), na UEPB, em específico retornaram às atividades práticas os cursos de Farmácia, Odontologia (Campus I e VIII), Fisioterapia e Enfermagem (visto que no Plano de Retomada das Atividades Práticas é exigida a vacinação de professores, técnicos e estudantes).



Em março de 2020 ninguém imaginou a sua duração e gravidade. Com certeza, as futuras etapas exigirão muito mais da instituição e de cada um dos sujeitos envolvidos, uma vez que, para além das medidas sanitárias e pedagógicas, que são complexas, faz-se necessário pensar nas graves sequelas/consequências da crise vivenciada: doenças físicas e psíquicas, desemprego, redução de renda, número de órfãos, desesperança e outras tantas, que desafiarão os educadores a cada momento em todos os âmbitos.

Por fim, foi solicitado aos participantes que, caso desejassem, registrassem um comentário acerca do tema da pesquisa. Esta foi avaliada como atual, relevante, necessário para se repensar a ação docente (também nossas) em tempos de pandemia e para além deles. Enfatizaram o desejo de conhecer os resultados e de que eles apontassem “achados úteis à UEPB e ao CEDUC”. Portanto, este relatório será enviado aos docentes através secretaria do CEDUC como o fizemos com os questionários.

CONCLUSÕES

Para concluir “provisoriamente”, nos reportamos a maio/2020, início da pandemia, quando as inquietações eram diferentes das atuais e não previam as dimensões alarmantes alcançadas pela crise sanitária, econômica e política. Um ano e meio depois, tem-se quase 600 mil mortes contabilizadas apenas no Brasil. A vacinação reduziu o número de infectados/as e de mortes, porém o vírus segue produzindo variantes, que ameaçam novas ondas de infecção. No Brasil, apenas no mês de agosto de 2021 a maioria das instituições educativas públicas estão retornando às aulas presenciais. A situação é de muitas incertezas e de consequências graves, algumas que jamais serão recuperadas como as milhares de vidas, outras que poderão levar décadas para serem minimizadas como as perdas associadas aos indicadores de crianças órfãs, traumatizadas e ou não alfabetizadas. Têm-se, ainda, sofrimentos e adoecimentos físicos e mentais; perdas econômicas e de renda; sequelas graves de muitos sobreviventes da COVID-19; os agravos ao meio ambiente, dentre outros.

Acertadamente, a UEPB aderiu ao ensino remoto emergencial, como confirmam os participantes da pesquisa. No CEDUC, 2.693 tiveram oportunidade de concluir o período 2020.1 em dezembro daquele ano. Não foi possível constatar o número de disciplinas ofertadas e concluídas no período 2020.1 até julho do referido ano, todavia é possível inferir que a grande maioria não conseguiu e atrasou os estudos em, no mínimo, um semestre e isto acarreta sérios impactos às suas vidas em diferentes dimensões. Segundo a Cood/prograd o Sistema de Controle Acadêmico vigente no período não dispunha de comando que



fornecesse esses dados de forma sistematizada. Todavia, já no semestre de 2020, a UEPB adotou o sistema o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), na perspectiva de melhor atender a esta e às demais demandas da instituição.

Constatamos um trancamento de matrículas de 188 alunos/as, correspondente a 6,5% da matrícula inicial, apenas no CEDUC. Portanto, estes atrasaram, no mínimo, um ano de curso, também com implicações às suas vidas. Faltam dados e análises acerca das reprovações, das horas-aulas não cumpridas por diferentes razões, tais como adoecimentos e mortes de docentes, discentes, parentes, amigos/as; bem como desemprego, falências e outras intercorrências. Os danos são incomensuráveis. Na educação brasileira nunca houve isonomia ou igualdade de condições e oportunidades e a pandemia, como numa guerra, foi e segue implacável e impiedosa com os cidadãos mais vulneráveis.

Empurrados pela crise, provavelmente, aprendemos mais sobre TDIC, sobre relações sociais presenciais e virtuais, sobre direitos humanos, inclusão social e digital em um ano do que em uma década. Muitos adoeceram e ou “partiram”, mas a grande maioria desenvolveu estratégias pedagógicas interativas, mediadas pelas TDIC e, o mais importante, desenvolveram estratégias de sobrevivência e de cuidados consigo e com os outros. As contribuições dos/as 12 profissionais participantes dessa pesquisa deixam evidências de que as “Experiências Pedagógicas Remotas Exitosas” têm sido muitas e também são incomensuráveis. Elas estão para além do uso de TDIC e de metodologias “novas” e ou “ativas”. Elas têm a ver com a humanização dos processos de ensino e aprendizagem, com esforço, dedicação, compromisso, responsabilidade, resiliência.

Dentre as adequações incluem-se o convênio firmado entre a UEPB e a Google para utilização da plataforma *GSuite Google for Education*, que implica em suporte gratuito, porém que disponibiliza todos os dados da instituição, dos/as profissionais e dos/as estudantes, o que favorece o avanço do capitalismo de vigilância. Portanto, mesmo com o controle da pandemia e o retorno das atividades presenciais os processos de ensino e aprendizagem não será como antes porque a pandemia acelerou o futuro da educação e de outros setores da sociedade.

REFERÊNCIAS

Ball, S. (2014). Educação global S. A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: EdUEPG.

Camargo, F., & Daros, T. (2021). A sala de aula digital. Porto Alegre: Penso.



- Cruz, L. R. (2020). Neoliberalismo e crise: o avanço silencioso do capitalismo de vigilância na educação brasileira durante a pandemia da Covid-19. *Revista Brasileira de Informática na Educação*, v.28.
- Hoffman, J. (2014). O jogo dos contrários em educação (9a ed.). Porto Alegre: Mediação.
- Machado, K. G. W., Soso, F. S., & Kampff, A. J. C. (2020). Aulas on-line no contexto da Educação Superior em tempos de pandemia. *Currículo sem Fronteiras*, Rio Grande do Sul (RS), 20(3), 633-656.
- Salvino, F. P. (2020). Educação integral de sujeitos (des)conectados. In M. Z. Pereira, M. L. Süssekind, & R. F. Honorato, (Orgs.). *Políticas curriculares no PNE (2014-2024) e desdobramentos (neo)conservadores*. João Pessoa, PB: Ed. UFPB, 229-242.
- Universidade Estadual da Paraíba. (2020a). Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução nº 68*, de 27 de abril de 2015. Aprova o Regimento dos Cursos de Graduação da UEPB, e dá outras providências. Campina Grande, PB: UEPB/CONSEPE.
<https://uepb.edu.br/prograd/ensino/regimento-dos-cursos-de-graduacao-da-uepb/>
- Universidade Estadual da Paraíba. (2020b). Gabinete da Reitoria. *Instrução Normativa nº 01*, de 17 de março de 2020. Campina Grande, PB: UEPB/PROPLAN.
- Universidade Estadual da Paraíba. (2020c). Conselho Universitário. *Resolução nº 229*, de 26 de junho de 2020. Campina Grande, PB: UEPB/PROPLAN.
- Universidade Estadual da Paraíba. (2020d). Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. Transparência Pública. *Relatório de atividades 2020*. Campina Grande, PB: UEPB/PROPLAN.
<https://transparencia.uepb.edu.br/institucional/dados-institucionais/>
- Universidade Estadual da Paraíba. (2020e). Rede UEPB YouTube. Experiências pedagógicas remotas. Vídeos. Campina Grande, PB: UEPB. <https://www.youtube.com/c/RedeUEPB/videos>
- Universidade Estadual da Paraíba. (2021). Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. Transparência Pública. *Resposta à solicitação de informações formulada pela Profa^a Francisca Pereira Salvino*. Campina Grande, PB: UEPB/PROPLAN.